

Ulysses diz a Montoro que aceita ser primeiro-ministro

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O presidente nacional do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, avisou o ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, que pretende ser primeiro-ministro e não candidato à Presidência da República, no caso de a Constituinte decidir pela implantação do parlamentarismo.

O recado de Ulysses chegou a Montoro antes da conversa mais aprofundada que os dois caciques peemedebistas agendaram para a noite de ontem, na qual o ex-governador paulista aprofundará a análise que transmitiu ao presidente do partido na tarde de ontem, pouco antes de se iniciar a sessão da Constituinte.

Nessa rápida conversa, Montoro disse a Ulysses que a grande maioria do PMDB, não apenas no Congresso constituinte mas também nas bases partidárias, é parlamentarista. "Eu sei", limitou-se a responder Ulysses.

Na prática, a tendência parlamentarista é hoje predominante não apenas no PMDB mas no conjunto dos constituintes, de que dão prova os seguintes dados:

1 — Ontem à tarde, os presidencialistas fizeram a primeira reunião para tentar uma fusão das emendas presidencialistas e, hoje, deverão repetir a dose. Resultado do encontro, na versão transmitida aos jornalistas pelo senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL: a idéia é incorporar à emenda presidencialista propostas "para parlamentaristas", como a figura do primeiro-ministro como ministro coordenador do governo e a possibilidade de censura aos ministros.

O que não ficou decidido é se a censura será coletiva, a todo o gabinete portanto, ou apenas a ministros individualmente.

O fato de que os presidencialistas estão "parlamentarizando" as suas propostas indica o desejo de cooptar votos na área parlamentarista, para quebrar o aparente predomínio desta.



O ex-governador Franco Montoro (à esq.) e o deputado Ulysses Guimarães, durante a sessão da Câmara dos Deputados

2 — As últimas contas feitas pelo senador José Richa (PMDB-PR, parlamentarista) indicam 242 votos para o parlamentarismo e 203 para o presidencialismo, com mais 44 constituintes de "tendência parlamentarista". A soma dos parlamentaristas tidos como definitivos com os de tendência parlamentarista já dá mais do que a maioria absoluta dos votos para o parlamentarismo (286, quando a maioria absoluta são 280 constituintes).

3 — O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna

(PMDB-BA, presidencialista), admitiu ontem, pela primeira vez, a hipótese de uma negociação que passe pela implantação do parlamentarismo. Sant'Anna preferiu chamar de "conversa quebra-gelo" o seu encontro de anteontem com o senador José Richa, adiantou que nova conversa ocorrerá hoje ou amanhã e fez um longo circunlóquio para chegar à hipótese parlamentarista.

Para Sant'Anna, a proposta parlamentarista a ser votada em primeiro lugar, se derrotado o presi-

dencialismo, é "inexequível", porque "na prática não permite a dissolução da Câmara, não introduz o voto distrital e prevê eleição direta para a Presidência da República".

De fato, a emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) estabelece que a Câmara só poderá ser dissolvida se ela rejeitar duas indicações do presidente da República para primeiro-ministro e, em seguida, não conseguir ela própria eleger um primeiro-ministro.

Por isso, "alguns parlamentaristas", segundo Sant'Anna, estão trabalhando com um esquema que prevê parlamentarismo para dentro de um ou dois períodos de governo, ou seja, para depois da eleição do sucessor de Sarney ou da eleição do sucessor de Sarney.

No intervalo até lá, vigoraria um esquema de "presidencialismo parlamentarizado", consubstanciado na emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), a mesma que foi discutida ontem pelos presidencialistas. Sant'Anna apóia a emenda Moreira, desde que ela sirva para trazer para o presidencialismo de 20 a 30 votos.

4 — Os chamados "históricos" do PMDB, reunidos ontem na suíte 906 do Hótel Nacional, concordaram em que o parlamentarismo e o mandato de quatro anos estão praticamente vitoriosos. E aceitaram por unanimidade a idéia de parlamentarismo depois de Sarney. "O parlamentarismo só deve vigorar depois da eleição do futuro presidente", resumiu Franco Montoro, o ocupante da suíte 906, onde se reuniu com os deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e José Serra (PMDB-SP) e com os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do partido no Senado, e José Richa.

Nessa maré montante parlamentarista, só há um dado discordante: o deputado Milton Reis (MG), secretário-geral do PMDB, disse, na reunião dos presidencialistas, que ouviu 421 constituintes, que 32 estavam indefinidos e que o presidencialismo ganha, entre os ouvidos, com 27 votos de vantagem. Ainda segundo Reis, os cinco anos vencem com 32 votos a mais do que os quatro anos, no mesmo universo de consultados.

Novidades

Os números de Milton Reis raramente têm coincidido com a realidade, o que explica porque se desenvolvem conversações discretas entre parlamentares de confiança do Palácio do Planalto e as lideranças parlamentaristas e quatroanistas, em busca de alguma fórmula mágica que permita a aprovação do sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) com folga suficiente de votos para lhe dar solidez.

É sintomático que três interlocutores habituais do presidente José Sarney tenham dito, separadamente, à Folha que haverá importantes novidades nas próximas horas. "No máximo, em três dias haverá novidades concretas", informou Bonifácio de Andrada (PDS-MG-Centrão). A mesma expectativa tinha Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos coordenadores do Centrão. E Carlos Sant'Anna, o líder do governo, pressionado para dizer quais os limites da negociação, deu uma resposta que vai na mesma direção: "Se eu disser, estrago tudo."

Um indício preliminar de que tipo de negociação pode estar em andamento é dado pela seguinte coincidência: pouco depois de Sant'Anna mencionar a hipótese de implantação do parlamentarismo para depois de uma ou duas eleições presidenciais, o assessor jurídico de Ulysses Guimarães, o jurista Miguel Reale Junior, reconhecia que uma das propostas em discussão no PMDB é parlamentarismo só em 1991.

Ou seja, primeiro haveria eleição presidencial (88 ou 89), depois a renovação da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado (90) e só na nova legislatura (que se instala em 91), começaria o parlamentarismo clássico. "Com isso, afasta-se a crítica dos que acham que o atual Congresso não pode assumir funções de governo", diz Reale Junior.

Nas áreas de oposição tanto ao governo como ao PMDB, cresce velozmente a suspeita de que o que está sendo negociado é, no fundo, muito simples: parlamentarismo depois de Sarney, com cinco anos de mandato para o presidente. "Tô desconfiando que o velho (referências a Ulysses Guimarães) já fez um acordão para dar cinco anos com parlamentarismo. Satisfaz o PMDB e satisfaz Sarney", diz Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), virtual candidato do partido à Presidência.

Idêntica opinião tem Adroaldo Streck (PDT-RS) e também o empresário Antônio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do grupo Votorantim. Na semana passada, Ermírio dissera à Folha que achava que o PMDB, para não perder o poder, acabaria impondo parlamentarismo com cinco anos para Sarney.